nova administração. Então, todos os prédios aqui sendo desapropriados e outras áreas que já vamos entrar em cada uma, para identificarem para que estão sendo destinadas. Então, a área denominada Zavuvus no Jabaquara, essa que está no FMSAI, ela é destinada ao PAC Drenagem, ao Zavuvus. É uma outra intervenção no Zavuvus. Forte do Rio Branco 1, em São Mateus, 460 unidades. Está no chamamento 1 de 2015 da COHAB. É o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. As entidades estão aqui: União dos Moradores das Vila Antônio dos Santos e Adjacências; Associação dos Moradores Conj. Habitacional Casa Branca e Associação Comunitária Beneficente Jardim Santa Adélia, que foram entidades selecionadas nesse chamamento. Forte do Barro Branco 3, 460 unidades. São Mateus. Projetec – Projetos Técnicos Sociais, Movimento Terra de Deus Terra de Todos e Associação Sem Terra COHAB Juscelino. Miguel Yunes é uma outra área em Santo Amaro, com 392 unidades. Esse está para o Minha Casa Minha Vida – FAR, vinculado ao PAC Drenagem Zavuvus também, que é aquela parte vinculada ao PAC, além do FDS. Essa aguarda inclusão no chamamento, mas é para o PAC Drenagem Zavuvus. Ela está programada para receber recursos para prosseguir na desapropriação pelo FUNDURB. José Dias, Butantã, 724 unidades. Aguarda também inclusão no chamamento. É para a demanda de Paraisópolis. Francisco Carvalho, 445, Butantã, 450 unidades, que também aguarda chamamento para Paraisópolis. Prédio Mauá, 342, são 112 unidades. Está no chamamento 2 de 2015. Ele está como FDS 2 aqui porque é uma chamamento que ainda não finalizou a análise. Está em fase final de seleção de entidades. Está resolvendo recursos. Entrou com recurso. O Prédio São João, 1492. São 18 unidades. É um prédio que será destinado ao Programa de Locação Social a desenvolver dentro do FMH. Prédio Sete de Abril, aqui são vários números porque ele compõe vários endereços, 94 unidades também destinadas ao Locação Social no âmbito do FMH. Prédio São Francisco 77. São 18 unidades também destinadas ao Locação Social. Campo das Pitangueiras, Ermelino Matarazzo, um chamamento destinado à demanda do Renova Tiquatira, porque está em estágio super avançado de desapropriação e de aprovação de licenciamento de projeto. Fernão Dias, também, desapropriação já tem emissão na posse, e também tem edital em andamento, mas ainda não tem seleção. Edifício Ipiranga, 908, que são 52 unidades destinadas ao Locação Social, no âmbito do FMH. Edifício São João, 588, são 64 unidades, também destinadas ao Locação Social. estamos apresentando a disponibilização de recursos para desapropriação agora, que é o começo do procedimento de aquisição do imóvel. Aí vai no âmbito do programa que está em desenvolvimento. Então, aqueles oitenta e tantos milhões de reais que apareceram naquela tabela inicial no FUNDURB já estão destinados a essas intervenções, já houve uma aprovação inicial, no dia 1º de abril, para alocação de parte desses imóveis e agora, no dia 10, sexta-feira, vamos aprovar mais alguns prédios que já estão nessa apresentação porque houve a disponibilização de mais R$11 milhões, que já performam oitenta e seis. Então, alguns prédios vão ser apresentados na sexta-feira, no FUNDURB. Passando agora para o Casa Paulistana, a mesma coisa. Temos disponibilizados no FUNDURB R$28 milhões para a Casa Paulistana agora, que vai passar sexta-feira no FUNDURB, dia 10, além dos R$19 milhões que já haviam sido disponibilizados e já aprovados na reunião do dia 1º. Aqui, estamos apresentando todos. Então, hoje, o que está sendo programado no FUNDURB, isso, com base na viabilidade de receber a solicitação da Caixa de aporte tendo em vista o grau de adiantamento das ações de desapropriação e o grau de adiantamento dos projetos de licenciamento e o grau de possibilidade de contratação dos empreendimentos com a Caixa. Então, essas três considerações deram esse elenco de empreendimentos: Alexios Jafet, Dom José I, Edifício Ipiranga, Maria Domitila, Curuçá, Tiradentes, Virgínia Torezin, Tupã, Safira 1, 2 e 3, e Nossa Senhora Aparecida, que não é Casa Paulistana. Por isso coloquei aqui outros aportes, que já vamos explicar. O Alexios Jafet já tinha um valor aprovado no FUNDURB no dia 1º, mas não era suficiente. Agora, com esse aporte adicional, conseguimos fazer todo o pagamento do aporte para o Alexios Jafet e viabilizar essa unidade. São 1104 unidades destinadas ao FDS com essas associações: Associação por Habitação com Dignidade; Associação Anjos da Paz da Vila Santista, Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste. São quatro condomínios... E o Nossa Senhora Aparecida, que é aquele voto que a Caixa, que o Marsura apresentou aqui, no FMH, há umas duas reuniões, e como estava exatamente sendo apresentado o Plano de Investimentos, como não havia possibilidade de recursos, apresentamos esse empreendimento no FUNDURB para verificar enquadramento. Ele conseguiu ser enquadrado porque era uma conclusão de obra. Então, conseguimos e vai ser aprovada agora, sexta-feira, a viabilização. Então, ele deixa de ser um aporte FMH, para ser um aporte FUNDURB. E aí vai ser feito um convênio específico, Caixa, SEHAB e Entidade, com a dotação orçamentária do FUNDURB, que é uma forma de viabilizar o empreendimento, que é a conclusão de 180 unidades do Crédito Solidário. E, além de tudo isso, serviços técnicos especializados, que dão suporte a todas as ações que envolvem os empreendimentos de urbanização de favelas, projetos, obras, mananciais e todas as questões que trabalhamos. Todos sabem que nossos empreendimentos têm várias fases de execução e a SEHAB conta com empresas contratadas em diversas linhas de ação e que dão suporte ao desenvolvimento das obras, também suportadas com recursos de diversas fontes, dependendo de onde a intervenção acontece. Então, temos aqui a SEHAB nessas intervenções acompanhando o tempo todo. Temos gerenciamento de programas, projetos e obras, que vão desde a prospecção de terrenos, análise, medição e aditivos; apoio durante a parte de projetos; apoio durante a licitação das obras; análise de projetos, fiscalização e acompanhamento dos contratos e apoio técnico também na regularização dos empreendimentos. Temos também execução de trabalho social, onde parte especializada é contratada. Ela acontece antes da obra, durante a obra e posterior à obra. Serviços de cadastramento, temos empresa que executa esse serviço de cadastramento das áreas, que são selagens e cadastros. Projetos, empresas contratadas para elaborar projetos. Elas elaboram projetos e depois adequam os projetos, eventualmente, durante a fase de execução de obras. As obras, temos empresas contratadas para executar as obras. E regularização fundiária também tem serviços contratados para dar suporte à regularização fundiária e registrar as áreas dos empreendimentos. Então, essa parte também onera essas fontes, que é importante conhecer como trabalhamos, que é todo universo de investimentos feitos para viabilizar a política municipal de habitação. Sr. João - Quando chegamos aqui, encontramos o Renova numa situação muito precária porque não tinha homogeneidade. Tínhamos dentro do Renova situações em que sequer a situação fundiária, por exemplo, das áreas que iam sofrer intervenção, havia sido discutida. O Milton Nakamura fez uma primeira análise de filtrar tudo isso e, nessa primeira filtragem, vimos que num segundo momento do Renova a equipe interna de SEHAB tinha feito um trabalho muito bom de segurar, vamos dizer, os projetos para fazer com que só fossem desenvolvidos mais detalhadamente os projetos que tivessem segurança fundiária, ou seja, onde tínhamos algum encaminhamento efetivo para dar nos terrenos. Ele recuperou um número significativo de projetos que tinha uma perspectiva boa de continuidade, em termos de a questão fundiária estar resolvida e nós, eventualmente, podendo entrar com o projeto, quando tivermos dinheiro para isso. E resultou na perspectiva de se produzir 5.700 unidades que poderiam ser viabilizadas dentro dos projetos do Renova, porque haveria segurança fundiária para isso. Pedimos uma revisão desses projetos do Renova no sentido de tentar viabilizar também a melhoria habitacional com a fixação e consolidação dos bairros, quando isso fosse possível. A partir daí fizemos reuniões com todos os escritórios envolvidos no Renova, para entender os projetos e, reuniões, num segundo momento, com aqueles que achávamos que dava continuidade. Depois fizemos uma terceira grande reunião, em que juntamos todo mundo para falar qual era a perspectiva. A partir daí, como o Renova não tinha previsão de financiamento, porque muitos deles inclusive tinham vinculação ao PAC e o PAC não saiu e agora na atual conjuntura política temos menos perspectiva em relação ao PAC, o que orientei foi que se deixasse o mais avançado possível para termos tudo isso pronto para, numa reestruturação financeira, numa próxima gestão, podermos começar a fazer o máximo possível de obras. Então, reestruturamos o Renova. Os escritórios que estavam contratados tinham um fundo de contrato e eles continuaram. Portanto, pedimos que fizessem uma revisão final dos projetos, já adequando ao Minha Casa Minha Vida III, mas também já entrando com licenciamento desses projetos para deixarmos tudo pronto para, uma vez tendo disponibilidade financeira, poder começar a fazer. E, num segundo momento, eu, pessoalmente, com o Milton, começamos a nos reunir com os comitês gestores, os conselhos gestores do Renova. Já nos reunimos com cinco ou seis deles. Retomamos o diálogo com a população porque a população das áreas do Renova estava se sentindo muito abandonada. Ela não tinha mais diálogo, não sabia o que ia acontecer, muitas famílias com pressão para uma eventual retirada, para um projeto que ninguém sabia exatamente o que era. Então, fizemos a reaproximação para num primeiro momento acalmar o pessoal e dizer que ninguém chegaria da noite para o dia tirando ninguém, sem ter uma aviso, e que ninguém iria fazer isso se não tivéssemos um projeto com efetivas condições de realização. Num terceiro momento, incluímos no Plano Municipal de Habitação, como terceira grande linha programática de atuação da secretaria, a intervenção prioritária nos assentamentos precários da cidade. O Programa de Intervenção Integrada em Assentamentos Precários envolve a urbanização de favela, mas numa ação integrada com as outras prefeituras; envolve melhoria habitacional; envolve produção; regularização fundiária se for o caso, nos programas de intervenção, que são essencialmente todas as ZEIS da cidade, que precisam de um Plano de Urbanização, que será esse Programa de Intervenção Integrada. Prioritariamente são essas áreas do Renova que já filtramos e selecionamos. E passa a ser prioridade para investimento dentro dos programas de intervenção que estão sendo propostos no Plano Municipal de Habitação. **Sr. Mário** - Vamos abrir para as questões. Eliete. **Sra. Eliete** - A Antônia está fazendo há sete anos uma ocupação na São João nº588, que vejo agora que vai ser para Locação Social. Antes de ser Locação Social, quero, secretário e presidente, que os senhores marquem uma reunião com as 87 famílias que estão lá, para explicar a elas aonde vão, qual projeto que vão. É importante Locação Social. Mas, antes de Locação Social, há 87 famílias dentro daquele prédio há sete anos, com dois, três projetos feitos, baratos, para apresentar a todos. As famílias que lá estão não têm perfil de Locação Social. Elas são famílias que trabalham, que fizeram a vida no centro e têm o direito de morar no centro, na Av. São João nº588! **Sra. Carmen** - Compreendo a Eliete quando ela se refere à questão do Locação Social e deixo aqui um pedido a essa Mesa e aos conselheiros que vão entrar para fazermos uma reflexão. O Programa de Locação Social é um programa que está surgindo. Podemos ter junto com o Poder Público e com o Movimento Social uma discussão para buscarmos uma solução. A solução do momento é para se adquirir imóveis e, principalmente, na região central. Sua destinação ao Locação Social é uma alternativa que podemos discutir. Podemos estudar propostas de a demanda ser atendida no local de origem. Faço um apelo aos novos conselheiros que deixem que permaneça a origem. Por várias vezes o MSTC atendeu famílias de cortiços, levamos as famílias para outros lugares, e o cortiço hoje virou um lixão, um terreno abandonado. Então, peço que tenhamos essa sensatez. E proponho que o Locação Social seja um modelo novo com gestão do movimento, para não acontecer como no Olarias, como no Parque do Gato, e como em outros que não deram certo. Com relação aos meus companheiros da Mauá, vimos o esforço de se concretizar essa compra, essa desapropriação. Mas estamos sendo roubados pelos peritos judiciais! E isso é um coisa que não se deve admitir. **Sra. Isabel** - Do projeto Alexios Jafet, foram cinco anos de luta. Se não fosse o aporte da Casa Paulistana, não teríamos esse projeto hoje contratado. Tínhamos o aporte da Casa Paulista, do Governo do Estado. No final, há bons meses com esse compromisso, ele não colocou e foi em função desse aporte da Casa Paulistana que se conseguiu viabilizar o Minha Casa Minha Vida III, que não se sabe se vai acontecer. Essa administração realmente nos propiciou isso, senão seriam cinco anos de luta e não saberíamos quando conseguiríamos viabilizar. Gostaria de saber como as contratações se dão, essas de projeto, de laudos, enfim? Como isso é feito? **Sra. Nilda** - Sobre a questão das obras, dos projetos de obras, seja do FAR, sejam obras de remoção, como está sendo o acompanhamento disso? Porque coloca-se que está em andamento, mas sabemos que há vários problemas no Ponte Baixa, que, inclusive, parou, retomou. Queria, inclusive, deixar aqui, como indicativo para o próximo Conselho, a constituição de um grupo do Conselho Municipal de Habitação para acompanharmos essas obras, porque tive muito problema enquanto conselheira sozinha na região, para atender cinquenta famílias, fazer reunião e esclarecer. Então, para os conselheiros acompanharem mais de perto essas obras porque realmente as famílias ficam desassistidas. Acho que está correta a companheira que colocou aqui sua indignação porque a luta dos movimentos de moradia no centro tem que ser revista nesse Programa de Locação Social, secretário. Nós, do MUHAB, defendemos bastante a questão da Locação Social. Na Cidade de São Paulo é impossível desapropriar esses prédios todos e passar para entidades. Mas acho que a proposta de administração social numa hipótese de colocar isso dentro do programa, para haver uma gestão dos movimentos, através das associações que já têm experiência para fazer trabalho social, é o caminho. E queria perguntar se o que foi apresentado é definitivo, porque acho que há algumas questões, por exemplo, de desapropriação, que precisariam ser revistas. Esse planejamento está fechado? Porque há áreas que poderiam entrar nesse pacote de desapropriação. **Sr. Dito** - Precisamos fazer uma discussão sobre o futuro do Programa Minha Casa Minha Vida, porque, como uma das fontes de recurso é recurso do Governo Federal, o que vai acontecer com o Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida? Sabemos da posição da nova Secretária de Habitação; ela tem uma posição muito pesada em relação à política de subsídio. E é quase certeza que vai haver uma desidratação do Programa Minha Casa Minha Vida na Faixa 1, seja para o FAR e seja para o Minha Casa Minha Vida – Entidades. É um ponto que precisamos pensar dentro de um Plano de Investimentos. Precisamos pensar o que vai acontecer com esses terrenos, sem programa e com projeto. E a outra questão é a questão da lógica municipal. O que é recurso mesmo municipal que vamos ter no próximo ano para poder alavancar a política? Estamos num momento muito difícil. Os conjuntos habitacionais em construção estão em ritmo muito lento, assim como todos os projetos que estão quase terminando da prefeitura. Muitos não vão conseguir terminar nesta gestão. São conjuntos grandes, que vão atender famílias de favelas, ou vão atender provisão, mas não vão conseguir viabilizar ou terminar, porque houve queda de arrecadação. Como vamos fazer nessa nova conjuntura e nessa nova agenda? E acho que o Plano de Investimentos não dialogou com esse momento. Embora o diagnóstico esteja correto, a proposta engendrada na pauta não dialoga com essa questão. Há um ponto na política que acho muito positivo, que é investir em terra, em desapropriação, porque, se não temos terra para fazer projeto, não conseguimos avançar com a política. Nesse sentido, acho que a secretaria, a gestão do Haddad, alavancou uma política de terra muito importante para a cidade. E precisamos olhar com carinho para ela porque, se não tivermos planos factíveis que possamos viabilizar, daqui mais um ano, isso vai estar tudo ocupado. Devemos discutir toda a política habitacional, porque não sabemos o que acontecerá com a questão do Governo Federal. Mesmo em relação ao Governo Estadual, acabou o aporte do Estado há muito tempo para nós! Fizemos duas ocupações, na CDHU, e não têm programa. E a proposta da política é PPP, Parceria Público Privada. É essa a estratégia do Governo do Estado. Parece-me que vai ser o caminho também do Governo Federal nessa nova agenda. Então, precisamos pensar. Acho que estamos vivendo um nó da política. Não é mais o mesmo caminho que estávamos seguindo antes. Mudaram-se completamente a agenda e a pauta. **Sr. Mário** - Essa reflexão que o Dito traz é fundamental. Agora, aqui não estamos discutindo o Plano de Investimentos futuro. Estamos na verdade apresentando o Plano deste ano. O Dito tem toda razão com relação ao desafio que está posto, principalmente, em relação ao questionamento dos recursos e subsídios para o Programa Minha Casa Minha Vida. E é fundamental fazermos esse debate. **Sra. Denise** - Temos muitos contratos abertos, muitas frentes de obra, obras que o próprio Secretário Mário foi visitar uma por uma e houve, no início do ano, no planejamento que fizemos, uma avaliação de quais frentes poderiam ser paralisadas para injetar maior recurso, concentrando em algumas frentes, para acelerar algumas áreas. O retorno que o próprio Mário trouxe das áreas era que era impossível paralisar porque a paralisação de algumas frentes traria um problema muito grave nas frentes que estavam lá, porque havia famílias já desalojadas que precisariam daquela infraestrutura. As remanescentes também ficariam numa situação complicada. Então, a proposta foi de tentar viabilizar as frentes de obra que eram passíveis de execução, até para evitar invasões, mas o ritmo acelerado dessas obras não é possível, com o recurso que temos. Então, há esse encaminhamento das obras num ritmo aquém do possível, porque as frentes poderiam estar mais avançadas. Sr. Geraldo - Houve um grande esforço nesses últimos meses, no sentido de pegar o Plano de Investimentos em vigência e alinhavar, fazer uma amarração, dar sentido para esse plano e constituir, inicialmente, uma programação de investimentos para esse ano e algumas para o futuro, como foi o conjunto de projetos que o João colocou do Renova. Da mesma forma, a questão dos prédios ocupados, que também foi feita essa construção. Com relação ao 588, a Eliete tem razão. Acho que temos que fazer uma discussão com as famílias. Existe uma intenção com o Locação Social para que seja feita a definição e o desenho do programa a partir da própria situação que a Nilda colocou, de tentar fazer um trabalho, um projeto, onde o movimento também constitua a gestão disso. Mas obviamente a colocação da Locação Social na apresentação, antes de se fazer essa discussão com as famílias, foi um pouco avançada. Temos que trazer as famílias sim para fazer a discussão e definir se vão para o chamamento. Porque a discussão na reunião passada foi pela desapropriação. Recepcionamos, consideramos, elaboramos, espremeemos e dissemos: "Vamos avançar para desapropriação". Agora, o passo seguinte é realmente o da destinação: se vamos pegar o projeto e vamos fazer um projeto para ir para chamamento, considerando as famílias que estão lá, ou se vamos trabalhar com Locação Social. Iremos fazer a discussão com as lideranças e depois fazer a discussão com as famílias. Achei bastante pertinente a sugestão do grupo de acompanhamento dos projetos, dos empreendimentos, até com os novos conselheiros. E também destacar da fala do Dito a questão da previsão dos investimentos futuros. Uma coisa é amarrarmos o que já temos, constituirmos, dentro dessa lógica colocada aqui brilhantemente pela Denise. Agora, os investimentos futuros têm que também acontecer à luz da previsão do PMH. O PMH, mais do que um plano de intenção e um plano da política, tem que ser um plano operacional; ele tem que apontar para os horizontes de investimentos da política municipal. Acho que teremos que fazer um esforço coletivo nesse processo agora, quando o secretário colocar à disposição essa primeira versão do plano. Vai haver um primeiro momento, que é um momento de conceituação, mas vai haver um segundo momento, que vai ser um momento de para onde vamos apontar o plano, para que tipo de investimento, e quais serão os parâmetros e critérios que adotaremos para isso. **Sr. Celso** – O prédio ainda não foi adquirido. Temos um saldo e pretendemos fazer uma negociação porque o valor que temos é um valor correspondente ao valor que vinha sendo negociado com o proprietário. Num processo de transparência, estamos colocando aqui que os próximos prédios que são prioritários para nós são esses dois imóveis. No entanto, não estão efetivamente comprados. E queria dizer que já começamos a discussão no prédio da São João, nº588. Já começamos essa conversa numa reunião onde estavam a Antônia e outras lideranças, outros coordenadores do prédio. **Sr. João** - Os peritos judiciais hoje, no Brasil, são talvez os que colocam maior obstáculo para retomada de políticas de reabilitação de prédios no centro. Entretanto, isso não é uma contradição da gestão. Isso é uma contradição do Brasil. Não podemos fazer nada. O que podemos fazer é depois tentar negociar para mostrar que aqueles valores colocados são absurdos. Vou lembrar, por exemplo, do Hotel Aquarius, que existia uma firme intenção de desapropriação da prefeitura e a perícia judicial colocou em R$40 milhões. A partir desse momento, se não há negociação com o proprietário, não temos o que fazer. Até nos solidarizamos, achamos que temos que fazer essa discussão, mas nem sempre somos responsáveis e podemos mudar isso. Outro ponto é que a apresentação feita pela Denise é para informar o Conselho daquilo que estávamos executando este ano. Peço desculpas porque isso está sendo feito um pouco tarde. Mas não dependia da minha vontade porque eu não estava aqui. Em relação ao orçamento de 2017, ele não vai vir com uma mudança radical no sentido de que já vai estar completamente afinado com a política municipal de habitação, mesmo porque o Plano Municipal de Habitação não ficará pronto até o final do ano, pelo cronograma eleitoral, pelas dificuldades que tivemos. Enquanto o Plano Municipal de Habitação não passar em lei, aquilo que estamos dizendo que vai existir não pode ainda aparecer. Então, existe uma espécie de descompasso que vai ser o ano de 2017, que vamos tentar, dentro daquilo que a lei nos permite, dentro das nomenclaturas já existentes, colocar aquilo o mais parecido possível com o que é o Plano Municipal de Habitação, para poder alavancar esse plano e em 2018 já acertarmos a partir de uma lei aprovada. O Plano Municipal de Habitação é uma proposta de discussão que vamos apresentar. E o que vamos lançar no final de junho, provavelmente, será um caderno de discussão pública. Portanto, nada do que está sendo colocado lá, no nosso entender, está fechado. Nada que está lá é uma lei que ninguém vai discutir. Tudo o que estiver nesse caderno será passível de discussões. Vamos fazer audiências públicas e discutir ponto a ponto. O que estamos colocando lá são grandes diretrizes. Dentro dessas grandes diretrizes, estamos colocando uma proposta financeira. A proposta financeira é justamente de refletir sobre esse novo cenário em que não teremos provavelmente mais o Minha Casa Minha Vida da mesma maneira que era. Portanto, não estamos renegando o Minha Casa Minha Vida, porque, muito possivelmente ele continuará privilegiando o setor empresarial. O que não é ruim. O problema é que ele não pode ser único, no nosso entender. E já que provavelmente um caminho será continuado, precisamos estruturar no nível municipal o outro caminho. Precisamos estruturar do ponto de vista da política municipal o outro caminho e esse outro caminho passa por tudo que estamos sugerindo lá, que tem a proposta de construção e autogestão. Está lá contemplada a retomada da política autogestionária de produção habitacional. Estamos colocando uma nova maneira de enfrentar a emergência da vulnerabilidade. Existindo ou não o Minha Casa Minha Vida, nós aqui temos que cumprir nosso papel. Se o Minha Casa Minha Vida vai acabar com o Entidades, fazemos Entidades aqui. Claro que não será na mesma proporção em que o Minha Casa Minha Vida vinha fazendo, mas vamos lutar para fazer com que o Minha Casa Minha Vida - Entidades retorne também. Somos o único município do Brasil e a única Secretaria de Habitação do Brasil que se manifestou com nota pública e bastante enfática quando foi anunciado pelo Ministério das Cidades o fim do Minha Casa Minha Vida - Entidades. Essa nota está à disposição no site da secretaria. O que vamos fazer diante de um cenário de uma mudança radical da política nacional? Temos que construir a política municipal. Porque uma cidade que é a sétima cidade do mundo não pode não ter uma autonomia para realizar sua política municipal. Diante disso, entra com muita força a questão da Locação Social. É evidente que a política da Locação Social não vai sair do papel de hoje para amanhã. Se conseguirmos muito até o final do ano, recuperamos o parque existente. Precisamos de R$10 milhões só para recuperar o parque existente, que estava abandonado. Então, que ninguém entenda e acredite que aqui vai se fazer qualquer tipo de ação política sobre habitação desrespeitando os movimentos, desrespeitando quem legitimamente está lá, quem está lutando pela moradia. Claro que sempre isso será negociado, como vimos fazendo. Ainda mais com movimentos que têm organicidade e legitimidade. Estamos negociando até com não movimentos, que não têm organicidade e não têm legitimidade. E negociamos porque não queremos a briga, não queremos o confronto. Estamos tendo que impor alguns limites inclusive sobre as ocupações em áreas centrais porque, enquanto há movimentos que estão legitimamente em prédios, que eles disputaram dentro de uma perspectiva do Minha Casa Minha Vida - Entidades, há oito, dez anos, ou sete anos, há outros grupos que não são movimento que ocupam prédios e estão alugando, sublocando para a população vulnerável, que vêm aqui exigir auxílio aluguel, que vêm aqui ameaçar, que fazem pressão de ocupar a frente da prefeitura, que não são aqueles que dialogam conosco no Conselho Municipal de Habitação e não estão aqui agora. Então, que fique claro que sabemos disso, que temos essa diferenciação. A função social da propriedade é um ônus que tem que ser cobrado do proprietário e não de nós. Não adianta nada eu ter um prédio que sequer foi desapropriado e colocá-lo numa perspectiva de um chamamento, que não vai mais existir, porque o Ministério das Cidades vai anular esse programa. Temos que ter perspectivas. Dentro dessas perspectivas, o Locação Social é uma delas. Se um dia viermos a fazer Locação Social nesse prédio, é evidente que a população beneficiada vai ser a que está lá. E, dentro das perspectivas de Locação Social, uma das modalidades é que a gestão da Locação Social seja sim feita pelos movimentos. Essa é uma das perspectivas porque os movimentos de moradia do centro, que vêm disputando essa luta, que vêm conversando no Conselho há muito tempo, têm capacidade de fazer a gestão do Locação Social, que às vezes o próprio Poder Público não tem. Mas podem haver outras situações em que vamos poder, por exemplo, passar a gestão de Locação Social para SMADS, por exemplo, para a política de vulnerabilidade ou para a Secretaria da Mulher. Para fazer a política de atendimento habitacional via Locação Social, para mulheres em situação de violência. Ou para a Secretaria de Direitos Humanos, para fazer a gestão da população de rua. Estamos abrindo a política de Locação Social para várias frentes. Na Cidade de São Paulo tivemos mais de 250% de valorização imobiliária nos últimos cinco anos, em alguns edifícios da área central. E não faz sentido investirmos para desapropriar, investirmos para reabilitar, para, depois, repassar o imóvel para uma propriedade que não seja pública. É mais garantido que seja destinado à população de baixa renda, por muito longo prazo, e que esse prédio se mantenha como um parque público de aluguel, sob gestão da prefeitura em parceria com entidades e outras secretarias. Por isso a política de Locação Social é muito importante e naquilo que for investimentos futuros a serem feitos e não aqueles que já foram feitos. Daqui para frente, quando for investimento da prefeitura com recursos da prefeitura, vamos sempre dar prioridade ao Locação Social, que não quer dizer que seja sempre assim. Quer dizer que na maioria das vezes vamos dar essa prioridade. O que foi feito está feito, nas regras que eram. Ninguém vai querer quebrar essas regras em nenhum momento. **Sr. Élcio** - A Henriqueta é uma pessoa altamente gabaritada, assim como é a Inês. A Henriqueta é uma representante do GAP, que é o Grupo de Acompanhamento do FGTS, e o FGTS hoje é a única fonte de recurso para habitação. SBPE está com dinheiro minguando. E todo mundo vai buscar dinheiro no FGTS. Então, a Henriqueta, como profunda conhecedora do FGTS, defende muito o recurso do FGTS, de tal sorte que ele vá somente para habitação. Lógico que é canalizado para infraestrutura também, enfim. Realmente é uma pessoa que defende a habitação. Com relação ao Faixa 1, precisamos resgatar algumas coisas que já construímos juntos, Dito e eu. Quando lá, atrás, desenvolvemos aquele projeto do Moradia Digna, da PEC da Habitação, sentamos por vários meses. Começamos em 2008 essa discussão e chegamos a um determinado momento, porque não se tinha uma política nacional de habitação, e dissemos: "O que precisamos para iniciar uma política habitacional? Recurso". E foi aí, então, que essa construção, empresários, movimento social, sugeriu a vinculação de recursos, que sabíamos que era difícil, mas era a única forma de garantir recursos para a habitação. E avançamos muito nessa linha. Naquela ocasião também estava sendo desenvolvido o Plano Nacional e, no Plano Nacional, se tinha alguns cenários, por conta de recursos. E um dos cenários que foi incluído logo no final da apresentação do Plano Nacional foi a PEC. Isso foi no final de 2008. Em 2009 veio o Minha Casa Minha Vida, aportando mais recursos do que estávamos sugerindo e nós, logicamente, paramos aí nossa discussão. Talvez esse tenha sido nosso erro, porque havia dinheiro para o Faixa 1, sem controle. E acho que aí que foi o erro, porque não dava para imaginar que o Governo Federal ia ter recursos para sempre para pôr na Faixa 1. Então, hoje estamos com problema sim. Como vamos retomar essa política habitacional? Como vamos conseguir atender essa faixa da população de menor renda? É um desafio enorme! Há um desafio para o município, para o Estado e para o Governo Federal. Sobre a PPP, antes, também há de se registrar aqui que, no caso de São Paulo, Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, só foi possível viabilizar graças ao Governo Estadual, que aportou os vinte mil, porque, senão, não conseguiríamos aqui, no Estado de São Paulo, rodar o Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Mas também não há mais recurso. Então, temos um desafio grande. Para nós a PPP também é uma novidade. As empresas também têm suas dúvidas, principalmente nossas empresas lá que são pequenas. Essa modelagem ainda não está aculturada no âmbito empresarial. Isso é uma coisa que tende a aumentar sim porque é uma alternativa do privado juntamente com o público para tentar viabilizar também habitação no âmbito nacional, municipal, estadual, enfim. Temos que ter nossa política local. Mas como vamos fazer isso? É um desafio grande, não existe uma resposta fácil, porque o bem mais valioso que na verdade poderia proporcionar isso é o recurso e sabemos que não há recurso. Temos que sentar e discutir. **Sr. Abraão** - Estamos falando de um Estado que tem uma arrecadação enorme, que é o Estado de São Paulo. O Estado não tem programa habitacional hoje. O Estado não está atendendo ninguém. Lembro que fomos chamados para discutir dois programas. Na verdade, nossa proposta era o programa autogestionário. Eles vieram com a proposta da gestão compartilhada. E construímos os dois. Para a nossa surpresa, eles ficaram de publicar isso depois de quinze dias, enfim. Publicaram a gestão compartilhada e não publicaram a autogestão. Resumindo, a gestão compartilhada, hoje o governo reconhece que foi uma incompetência deles porque não avançou. E hoje essa gestão compartilhada, inclusive nossas entidades que foram

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 16 de junho de 2016 às 02:09:52.